



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 17 - Nº 307 - DE 02 a 16 de OUTUBRO DE 2005 - R\$ 1,50

**Diante da disputa entre as quadrilhas da burguesia,
é preciso manter a independência de classe e defender
o método da ação direta, contra as saídas institucionais:**

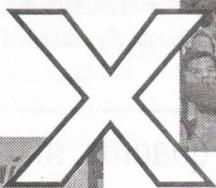
Tribunais Populares

**para julgar o governo e punir a burguesia
pelos seus crimes de classe!**

A greve dos professores em Fortaleza - CE

Assembléia Nacional Popular e da Esquerda

**Uma plataforma eleitoral imposta contra a proposta
do POR de frente única de luta pelas reivindicações**



Nem a oposição burguesa, nem o PT conseguem arrastar as massas

Está se configurando o arrefecimento da crise política. Caminha-se para a cassação de alguns mandatos de parlamentares. Jefferson abriu a lista, numa sessão do Congresso, que pareceu um circo misturado com velório. O foco da crise se dirigiu para o presidente da Câmara, envolvido em extorsão. O PT foi acusado de financiar viagens de Lula e sua família. Mas não se verificou uma movimentação da oposição (PSDB\PFL) para comprometer o governo e recolocar o impeachment.

Tudo indica que há um acordo com o PSDB para deixar de fora Eduardo Azeredo, que foi o criador do esquema Valério\SPM\Banco Rural. Continua vigente a estratégia da frente oposicionista de trucidar o PT, de forma que em frangalhos Lula não contaria com a força deste instrumento nas próximas eleições. E desgastá-lo ao máximo diante das massas.

As manifestações pró-governo em Brasília, São Paulo e São Bernardo foram insignificantes. Surpreendeu a pequena participação operária na convocação do sindicato metalúrgico. Os explorados sentem que foram enganados pelo caudilho Lula e pelo PT.

As manifestações de denúncia do PT\Lula organizadas pela Força Sindical, OAB, PDT etc, por sua vez, também não tiveram ressonância entre as massas metalúrgicas de São Paulo e a classe média. Indicou desconfiança na burocracia direitista e nas manobras da oposição burguesa.

Por fim, as manifestações das esquerdas, convocadas pela Conlutas (PSTU\PSoL) não chegaram a sensibilizar a classe operária. Contaram, sobretudo, com a juventude estudantil, ou seja, com uma camada da pequena burguesia. A escassa presença de operários e trabalhadores de outros setores da economia também indica que as massas permanecem alheias ao chamado de contestação ao governo pelas esquerdas.

A mobilização da Conlutas teve o mérito de comparecer separada da movimentação oposicionista da Força Sindical e diferenciar-se do movimento de apoio ao governo encabeçado pela burocracia da CUT\UNE, que contou com a presença do MST. No entanto, padeceu da política do PSTU, que levantou a bandeira do Fora Todos, uma bandeira de poder desvinculada da situação das massas e determinada pelo objetivo de construir uma terceira alternativa eleitoral. Uma bandeira incoerente pela sua forma esquerdista e pelo seu conteúdo oportunista.

Em frente com o PSTU, o PSoL defendeu um plebiscito para convocar novas eleições gerais e afastar o governo Lula pela via democrática. Também não teve e não tem a menor ressonância sobre os tra-



A eleição interna do PT manteve o Campo Majoritário no comando. Plínio e seu grupo foram para o PSol

balhadores e a juventude. A frente com o PSTU tem em comum a bandeira de uma terceira via para as eleições, ou uma alternativa de esquerda, que tem o mesmo sentido.

Vemos que as massas se encontram atônitas diante da rápida degenerescência do PT\Lula. Não saem em defesa do governo nem se dispõem a seguir a oposição burguesa que testou o caminho da mobilização por meio da Força Sindical\OAB. Se houvesse uma grande manifestação em São Paulo, certamente o PSDB\PFL\PPS\PDT iriam acionar sua máquina de propaganda para tirar proveito da contestação de rua.

A bandeira do POR de Tribunal Popular permite colocar à classe operária e demais explorados a necessidade de organização independente e de defesa das reivindicações democráticas e de classe. O objetivo central é o da defesa das bandeiras de luta, sem o que as denúncias contra a corrupção tornam-se um fim em si mesmo.

Os centristas e ultra-esquerdistas vêm se comportando assim, por isso rejeitam as formulações do POR para a situação da crise.

Atuamos no sentido de penetrar a bandeira de Tribunal Popular, a propaganda de que só as massas oprimidas podem punir os crimes da burguesia e que o fundamental é desenvolver uma ação independente em defesa das reivindicações democráticas e de classe. Não é por acaso que somente o POR traçou uma linha precisa contra as influências da burguesia opositora e contra as pressões dos aparatos burocráticos de defesa do governo PT\Lula.



Plínio fala na Plenária da Assembléia Popular. Destino: PSol

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.
Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Em meio à crise, o PT elege sua direção

O resultado das eleições está praticamente definido. Ricardo Berzoini do Campo Majoritário obteve 42%, Raul Pont da Democracia Socialista (DS), 14,68%, Valter Pomar da Articulação de Esquerda, 14,65%, Plínio de Arruda Sampaio da Ação Popular Socialista, 13,4%, Maria do Rosário do Movimento PT, 13,2%, Markus Sokol, do O Trabalho, 1,4% e Gegê (Movimento Popular), 0,7%. Tudo indica que esses números permanecerão, pois correspondem a 99% das apurações.

Valter Pomar, que chegou a liderar o segundo lugar foi para o terceiro, cedendo com uma pequena margem de votos ao líder da DS.

Havia expectativa em torno de Plínio Sampaio, vinculado a uma ala da Igreja católica, que vinha fazendo críticas sistemáticas à política econômica do governo Lula. O quarto lugar, com apenas 13,4%, de uma estimativa de 317 mil votantes foi uma derrota.

A esquerda (O Trabalho) que pretendia um retorno ao PT das origens reivindicando o Manifesto de fundação recebeu a pífia votação de 1,4%.

As correntes mais próximas do Campo Majoritário e do governo Lula são justamente a de Raul Pont e de Valter Pomar, que somadas chegam a 29,33%.

O Campo Majoritário (Articulação) perdeu aproximadamente 10%, se comparados com as últimas eleições, em que obteve cerca de 51%.

Levando em conta que a situação era de desmoralização da direção majoritária, qualificada por notórios petistas de delinquente, os 42% alcançados por Berzoini podem ser tidos como uma vitória. Perderá a maioria, mas não o poder de decisão. Tem possibilidades de compor alianças com grupos internos às correntes maiores. O Movimento PT de Maria do Rosário poderá continuar a servir de instrumento do Campo Majoritário. O controle do aparato partidário e sua ligação com o governo permitirão recompor a força interna.

As esperanças das tendências opositoras de remodelar o PT mostraram-se idealizadas e comprometidas com o reformismo apodrecido.

Porque o Campo Majoritário não foi esmagado

Nas eleições de 2001, votaram 227 mil filiados e nesta, 317 mil. Portanto, a crise não diminuiu o número de votantes. Corresponde aproximadamente ao quórum de 40,5%, de um universo de 826 mil filiados. A previsão era de ocorrerem eleições em 4.638 cidades; ocorreram em 4.005. Ao mesmo tempo em que se elegia a direção nacional, também as direções regionais, num total de 82. 816 cargos, para 120 mil candidatos. Pode-se constatar que dos 317 mil, 120 mil eram candidatos. Somente 197 mil foram votos de filiados. Não é possível qualificar com precisão esse número, mas com certeza um grande contingente correspondia a militantes das correntes, burocratas vinculados à estrutura do partido e a postos no estado (nas várias esferas).

É engano achar que operários de fábrica, camponeses, trabalhadores e jovens pobres tenham ido votar. O PT constituiu uma vasta burocracia e congrega gente com os mais variados interesses. Incluem-se direções sindicais pelegas e corrompidas.

As acusações mútuas de se praticar o voto de cabresto não são obra do acaso nem um fenômeno isolado. Trata-se da forma de existência e funcionamento do PT, que assumiu as características dos partidos burgueses.

As eleições não passam de aparência democrática. Sem dúvida, não é de hoje que as eleições são decididas pela força dos aparatos e dos meios mais sujos. Quanto mais o PT galgava poderes no Estado, mais se fortalecia a direção pró-capitalista e fisiológica do campo majoritário; mais se burocratizava a vida interna e mais as correntes de esquerda se tornavam dependentes das práticas aparelhistas.

A corrente de Valter Pomar foi acusada de usar expedientes como transporte e pagamento de contribuição partidária a filiados não quites com o partido. Segundo denúncias de petistas, o uso do cabresto foi descarado em São Paulo. Em Recife, 700 nomes não constavam da lista.

Recursos contrários a Valter Pomar foram defendidos por Raul Pont. Em resposta, Pomar acusou Pont de pretender passar para o segundo turno usando recursos. Plínio declarou-se horrorizado com o jogo sujo da Articulação de Esquerda.

Seria de estranhar se o PT aparecesse com feições democráticas. Está marcado pelo caciquismo e caudilhismo. O campo majoritário controla a maior rede burocrática e tem mais capacidade de fraude do que a Articulação de Esquerda. Está aí porque não foi esmagado nas eleições.

O que expressam os votos nulos e brancos

Dezesseis mil quinhentos e dez (16.510) votaram em branco e quatro mil trezentos e onze (4.311), anularam. Somados, são quase 21.000 petistas que rechaçaram todas as posições. É um voto de revolta contra a podridão da direção majoritária e a conivência passiva das esquerdas.

A esquerda poderá mudar o curso do PT?

Havia o receio, por parte do Campo Majoritário e de Lula, de que as eleições no quadro de denúncias, apurações, CPI etc, poderiam dar vitória estrondosa às esquerdas. Houve tentativa de adiá-las. Tarso Genro, na presidência do partido, viu que uma manobra dessa natureza poderia levar a uma ruptura indesejada nas atuais circunstâncias. Lula continuou suas pressões, contando que passada a tormenta seu governo mostrar-se-ia vivo e atuante, o que favoreceria sua tendência interna (Campo Majoritário).

Mas se os resultados não foram bons, também não houve nenhum desastre. A perda de só 10% aproximadamente em relação às eleições passadas e o segundo lugar atingindo apenas 14,68% mantém a Berzoini condições para continuar a manejar o aparato.

A divisão das ditas esquerdas mostrou um PT fragmentado. E não há como superar as fraturas.

O segundo turno, prometido para outubro, será um teste para as esquerdas. Vão se unir em torno da Democracia Socialista?

A Articulação de Esquerda tem interesse numa composição à

esquerda que permita a Valter Pomar negociar futuros acordos com o Campo Majoritário. A corrente que apoiou Plínio, concebida pelo parlamentar Ivan Valente, Ação Popular Socialista, mostrou-se distante da Articulação de Esquerda. Ficou aliviada com Raul Pont no segundo turno, mas há o fato da DS estar no governo e manifestar fisiologismo.

O Trabalho não pesa muito, mostrou-se uma corrente raquítica. Mas não deixa de ser um problema para o campo oposicionista que pretende enfraquecer o campo majoritário. Seria surpreendente se O Trabalho apoiasse a DS. Os lambertistas por detrás dos mandelistas? Markus Sokol está com um dilema a resolver. A DS é tida com adésista. Como apoiá-la sabendo que irá compor com o Campo Majoritário, com o Movimento PT e com a Articulação de Esquerda?

É possível que se crie um novo campo majoritário, fruto de composições com a Articulação de Berzoini. Somados os votos da oposição, o campo majoritário se torna minoritário, com 42% dos cargos de direção. Mas a oposição vencedora numericamente encurralará o grupo de Lula\Berzoini\Dirceu? Certamente não.

O PT é um partido estatal. Está completamente comprometido com as instituições e a política da burguesia. Todas as correntes estão comprometidas com a adaptação do PT às relações capitalistas e com sua assimilação ao Estado.

A promiscuidade em que o PT se meteu é uma consequência inevitável de sua estatização. E todas as correntes internas são responsáveis, com maior ou menor grau. Tinham consciência do financiamento burguês, do tráfico no Estado e da natureza das alianças partidárias.

Nenhuma se pronunciou pela expulsão do campo majoritário e nem mesmo pela de Lula, Dirceu, Genoino, Gushiken etc. Ser oposição para manter o PT apodrecido é o pior papel que se pode fazer. Eis por que as eleições mostraram uma esquerda decomposta, covarde e aparelhista.

Lulismo petista

O máximo que as esquerdas chegaram em relação a Lula foi propor uma revisão da política econômica e certa independência do PT frente ao governo. Com maior ou menor ênfase, a oposição esteve unida em torno de críticas ao superávit primário, pagamento de juros a banqueiros e cortes nos investimentos públicos.

Desconhecem por completo que o continuísmo de Lula às diretrizes do governo FHC expressa o compromisso do PT com o grande capital, publicado na Carta aos Brasileiros. E mais importante ainda: uma mudança na política econômica não mudaria o conteúdo capitalista do governo petista. As esquerdas revelam assim a defesa do nacionalismo burguês.

Sem exceção, as esquerdas defenderam mudanças na política econômica como forma de preservar Lula e de viabilizar um segundo mandato.

Berzoini acusou a oposição por não defender claramente o governo Lula. Raul Pont considerou uma manobra de Berzoini para desqualificar suas proposições. “É uma falsa polarização, um método rasteiro e tradicional de debate. Nunca deixamos de sustentar o governo. Outra coisa é exigir do partido algo contraditório a seu programa e suas origens.” (Estadão\24\9).

Com certeza, todos os candidatos assinam essa declaração de Pont.

Lula não foi votar e as esquerdas não esconderam o descontentamento, apesar de darem respostas distintas, da compreensão à condenação. “O que nós esperávamos e o que os petistas esperavam é que o Lula também votasse”, disse Sokol ao Estadão.

Aloísio Mercadante, do Campo Majoritário, achou ruim a abstenção do chefe maior do partido.

Arlindo Chinaglia, também da situação, interpretou como um “discreto protesto”.

A justificativa de Tarso Genro é a de que o PT é secundário na ordem de preocupação do Presidente (lembramos que Lula estava em São Bernardo, um passo da urna). “O que ele quis com esse gesto foi certamente dizer – nesse momento de crise política e instabilidade entre os partidos – que seu dever maior é com a nação, não com o PT.” E concluiu: “É inimaginável o PT sem o presidente Lula”.

Lula pode fazer o que quiser, afinal o PT depende do caudilho. Mas sua falta significou o quê? Que pretendeu colocar-se por cima das pendengas das correntes? Que foi um gesto para se mostrar não comprometido com a corrupção do campo majoritário a que pertence? Uma demonstração que pode deixar o PT se o PT deixar de ser aquele modelado por ele e seus comparsas?

Como não revelou o significado de seu gesto, qualquer uma das respostas é possível, inclusive de conjunto. Mas o principal está na subordinação do PT, como um todo, a seu caudilhismo. O PT não poderia chegar onde chegou sem o comando de Lula.

Falência histórica do PT

Insistimos que não se trata de uma crise momentânea do PT e de seu governo, que basta modificar suas forças internas e eliminar os arrivistas que tudo voltará à base inicial do partido. As disputas internas e o enfraquecimento do Campo Majoritário não têm como reconduzir ao partido pela via de ruptura com a burguesia.

O PT nasceu no quadro de esgotamento da ditadura militar, de ressurgimento das lutas operárias, de reforma partidária, de ausência do partido revolucionário, de surgimento de novas correntes que se reivindicavam do trotskismo e de estruturação de uma nova burocracia sindical. Passado o período inicial de discussões sobre programa e orientação político-ideológica, período em que prevaleceram as posições de democratização do Estado e reformas, o partido procurou se viabilizar como uma alternativa eleitoral, frente ao desgaste que os grandes partidos vinham sofrendo em razão de medidas antinacionais e antipopulares.

A maior parte das correntes viu a possibilidade de o PT encaixar um movimento de transformação, derrotando eleitoralmente os partidos dominantes e estabelecendo um “governo democrático e popular”, assentado numa “aliança democrático e popular”. As formulações do grupo de José Dirceu vinham também nesse sentido. Acreditava-se numa aliança entre o PT, PDT, PSB, PCdoB, PSDB e setores do PMDB, considerados progressistas.

As esquerdas não admitiam o PSDB e setores do PMDB. Mas se tratava de uma divergência formal, uma vez determinada pela estratégia eleitoral e pelo fato do PDT\PSB serem burgue-

ses.

O objetivo de aliança com o PSDB fracassou. O PT teve de ficar com os partidos sem expressão e recorrer ao apoio direto de grupos capitalistas. A ascensão de Lula sobre uma ampla camada da população pobre permitiu ao PT se potencializar eleitoralmente, usando o financiamento de banqueiros, industriais, latifundiários etc.

O PT já estava prostituído quando chegou ao governo central. Assumiu imediatamente os interesses do grande capital nacional e internacional. Prematuramente, mostrou-se enredado no tráfico capitalista que faz parte do funcionamento do Estado. Caiu na vala comum dos partidos burgueses. Cumpriu seu ciclo de integração no Estado e mostrou a impossibilidade de realizar seu ideário reformista e democratizante.

O capitalismo não é reformável, vive a fase de desintegração e barbárie social. O PT se colocou uma tarefa irrealizável. Capitulou diante do capital imperialista e se decompôs. Continuará sobrevivendo politicamente, mas historicamente está esgotado.

As esquerdas que procuram sustentar o PT e recuperá-lo igualmente têm sua existência comprometida.

Construir o partido revolucionário

A falência do PT e de toda esquerda dele dependente expressa as leis da história. O reformismo, nas condições do capitalis-

O lugar do PSol na crise do PT

A aprovação do registro do PSol pelo Tribunal Superior Eleitoral foi providencial. Coletou 450 mil assinaturas em dez Estados, cumprindo assim a draconiana exigência legal. Não teve problema com o programa porque está adaptado aos limites da democracia burguesa. Foi providencial no sentido de que pode servir de estuário para políticos do Bloco Parlamentar de Esquerda.

Havia esperança que o moderado Plínio Sampaio tivesse votação expressiva e pudesse liderar uma nova composição à esquerda, reduzindo a capacidade do Campo Majoritário de decidir sobre o curso das próximas eleições. O problema desses políticos é se conseguirão ou não um novo mandato pelo PT.

O pequeno PSol é um risco para a carreira política de quem contou com a enxurrada de votos trazida pelo caudilho Lula e pela máquina petista. Mas se a reorganização do grupo Lula\Dirceu se mostrar forte ao ponto de quebrar as asas dos parlamentares de esquerda, é bem possível que o PSol venha a ser a segunda morada.

Chico de Alencar avalia assim: "Diante da gravidade da crise, o Campo Majoritário teve muito voto. Temos de avaliar os resultados e decidir nosso futuro". (Estadão\20\9). Mas sair do PT para entrar no PSol é temerário. O número de votos fala mais alto do que qualquer argumento de esquerda reformista.

Heloísa Helena ficou conhecida por ser expulsa do PT e por tomar assento na CPI dos Correios. A imprensa deu ressonância a suas denúncias e análise do governo Lula. Assim, a população veria que não era só o PFL\PSDB que malhavam os petistas e o governo. Com isso, a presidenta do PSol compareceu com 11% a 13% das intenções de voto. Esses números poderão cair no momento em que o peso do dinheiro fizer falta ao PSol. Mas a militância está exultante e sua direção reza para que mais

mo monopolista, constitui uma força contra-revolucionária. Não há como colocar o Estado a serviço das massas, cada vez mais golpeadas pelo desemprego e pela miséria.

O PT iludiu os pobres do campo e da cidade com a possibilidade de mudar suas vidas, incluindo-os aos bens do capitalismo. Com isso, tem atrasado a organização independente dos trabalhadores.

As direções sindicais, do movimento camponês e do movimento estudantil seguiram a rota do reformismo petista e se levantaram como obstáculo à luta contra o desemprego, a fome, as reformas antipopulares e contra o domínio imperialista.

Em contraposição, trabalhamos por construir o partido operário revolucionário, que se apóia no Programa de Transição, redigido por Leon Trotsky, e faz parte do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional.

Não há atalho para os trabalhadores se emanciparem do capitalismo e construírem o comunismo. Os reformistas esquerdistas quiseram fazer valer o atalho das reformas e da via eleitoral. E a esquerda petista ainda aspira reviver o reformismo petista. Não tem como, o PT pactuou com a burguesia e apodreceu.

Essa lição serve para chamar a atenção da vanguarda e da militância abnegada para a tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista. Deixem que a burguesia enterre o PT. O futuro está na revolução proletária. Esse é o programa do POR.

parlamentares rompem com o PT e venham ajudar eleitoralmente o partido.

O PSol é acompanhado por uma ala da burocracia sindical de esquerda: Alternativa Sindical Socialista (ASS), Frente de Esquerda Socialista (FES) etc. Constitui uma cisão no campo do reformismo petista e cutista, postando-se à esquerda. Nesse sentido, o PSol se levanta como um anteparo às pretensões do PSTU de ser o desaguadouro dos petistas descontentes. No momento, o centrismo esbanja esquerdismo, liderando um movimento minoritário de rompimento com a CUT e criação de uma nova Central.

As ruptura no PT e a criação do PSol levaram o PSTU à esquerdização.

A realização do que se chamou indevidamente Assembléia Popular e das Esquerdas foi um passo de contraposição às posições do PSTU para a Conlutas e um meio de aglutinar a ala reformista que se desgarrava do PT. O PCB e outras variantes do estalinismo se juntaram ao PSol na "Assembléia Popular". Prepararam uma frente eleitoral com ares de movimento de base e hipocritamente distinta do eleitoralismo, que levou o PT ao pântano da burguesia.

O fracasso do petismo tem provocado um realinhamento das correntes ditas de esquerda. Agora parece que se delineiam com maior clareza dois pólos: de um lado, o reformismo pequeno burguês aglutinando-se nas fileiras do PSol; de outro, o centrismo radicalizado do PSTU.

Diante do PT, o PSol insurge como esquerda crítica do desvio estratégico do reformismo (abandono do "socialismo democrático") e, diante do PT, comparece como uma alternativa ao esquerdismo do PSTU. Se o PSTU conta com um aparelho sindical – a Conlutas – o PSol conta com a recém-criada Assembléia Popular.

Ambas posições são obstáculos à construção do partido revolucionário. Arrastam o ativismo por detrás da política reformista e do centrismo-esquerdista. Está colocada a tarefa de defender o programa da revolução proletária, as reivindicações das massas, as bandeiras antiimperialistas, o método da ação direta e a tática da frente única.

Ação Popular Socialista vai para PSol

Tínhamos redigido o artigo acima, ainda no calor da apuração das eleições internas ao PT, quando Plínio Sampaio e Ivan Valente comunicaram que a Ação Popular Socialista rompia com o PT e ia para o PSol. Não foi novidade. Plínio já havia demonstrado que se o Campo Majoritário não perdesse a direção do PT então sairia do partido.

Os resultados das eleições foram favoráveis ao grupo Lula\Dirceu\Berzoini, que obteve 122.145 votos, enquanto segundo colocado com apenas 42.857 e o Plínio, em quarto, com 39.096. Ficou evidente que o PT estrutura-se sobre a base de uma rede de burocratas controlada pelo Campo Majoritário. Por outro lado, as esquerdas que ostentam a bandeira de socialismo são fisiológicas, estão entrelaçadas ao Estado e à própria burocracia partidária.

A Ação Popular Socialista não difere de tais características. Não encontrou mais espaço para o reformismo “socialista” do deputado Ivan Valente. A Pastoral Operária – base da corrente de Plínio – contrariou-se com o total desconhecimento de Lula às reivindicações assistencialistas. O escândalo de corrupção inviabilizou de vez a presença do “socialismo” cristão no PT.

O PSol aproveitou o fato de esgotar o prazo de inscrição das candidaturas para as eleições de 2006, convocou uma “Assembleia Popular e da Esquerda” e no final, quando as demais correntes participantes já haviam se retirado, fez um ato de desfiliação coletiva do PT e de filiação de Plínio\Ivan. Segundo os organizadores, 400 dirigentes sindicais, de 20 Estados, que participaram da “Assembleia Popular e da Esquerda” foram para o PSol. Aderiu ao movimento de debandada do PT o secretário nacional dos Movimentos Populares do PT, Jorge Almeida e Bernadete de Menezes, ex-vereadora e da executiva nacional da CUT.

Vemos que a militância do PSol constitui-se de uma ala da burocracia sindical, inclinada para o reformismo e descontente com a completa virada do PT para posições aninacionais e antipopulares. Seguir com o petismo, nessas condições, era um risco para a sobrevivência daqueles que se enfiaram nos sindicatos com a política reformista.

O PT serviu de instrumento para as mais distintas variantes da burocracia reformista e para as correntes da democracia pequeno-burguesa de esquerda. A confirmação da falência do PT reformista rompeu o dique que continha os variados interesses e posições no denominado “campo democrático e popular”. Enfim a política é um meio de vida para muita gente. Referimo-nos à política burguesa, da qual faz parte o reformismo, por mais radical que seja.

O PSol se forma nesse ambiente e dá sinais de degenerescência prática (ideologicamente, nasceu degenerado) ao escancarar as portas a parlamentares e burocratas que tinham a ciência de que o PT inchou com o dinheiro da burguesia. A própria Heloisa Hele-

na e outros do PSol não estão isentos historicamente da responsabilidade de sustentar um partido apodrecido na política burguesa muito antes de chegar ao poder supremo do Estado.

Manifestações de parlamentares do Bloco de Esquerda, que vêm no PSol uma alternativa momentânea, são sintomáticas. Chico Alencar, consternado de ter de deixar o PT, para quem o petismo “é meio religião”, diz: “A saída para o PSol será na perspectiva de um partido amplo, não-sectário”. Esse mesmo argumento foi amplamente usado na formação do PT, contra as posições que defendiam um partido operário independente, revolucionário.

O partido amplo e não-sectário quer dizer um partido de engano eleitoral das massas e que tem o parlamento oliguárquico-apodrecido da burguesia o instrumento de decisão sobre a economia e a vida dos explorados. Ivan Valente avisou ao PSol que não tem o PT como inimigo. Em suas palavras: “Eu avisei que nosso alvo principal não será o PT, mas a direita”. Ivan Valente abstrai o fato do PT estar no governo fazendo a política da direita – pró-imperialista.

O dirigente da Ação Popular Socialista, acostumado à toga de esquerda no PT e no parlamento, se vê na contingência de trocar um abrigo que se tornou inseguro por um duvidoso. O ferrenho defensor do PT de massa, democrático e socialista e contrário ao partido de quadros, leninista, alerta o PSol para o lugar que deve ocupar. “Do ponto de vista estratégico, há necessidade de um partido de esquerda de massa no Brasil”. Quer refundar o PT por meio do PSol.

O que podemos esperar do PSol

Se o PT foi fruto de um grande movimento, que teve por base a retomada da luta operária e recuperação dos sindicatos da intervenção da ditadura militar, o PSol é fruto do fracasso histórico desse movimento, dirigido pelo reformismo.

Centenas de militantes se destacaram nas duas últimas décadas e meia, mas grande parte foi sendo consumida pelo aparato sindical e foi se adaptando à política de Estado. O combate central das correntes reformistas e revisionistas, sensivelmente desencantadas e arrastadas pela restauração capitalista na ex-URSS, tem sido contra a posição de construir o partido revolucionário, que como tal expressa as conquistas programáticas, teóricas e ideológicas do marxismo-leninismo-trotskismo.

A potenciação eleitoral do PT (com dinheiro dos capitalistas) permitiu que a esquerda reformista também se desenvolvesse. É das entranhas desse processo e do PT que o PSol foi parido. Nasce como um pequeno partido parlamentar e de base sindical reformista, adaptada à burocracia. Não expressa nenhum movimento social em ascensão, como o PT expressou. Não parte de um programa proletário. Não faz uma crítica do conteúdo de classe do PT. Não se autocritica quanto a sua política de fortalecimento do PT como instrumento de dominação da burguesia. Limita-se a condenar aspectos da política econômica do governo Lula e agora a corrupção.

Essa conduta explica a admissão de Ivan Valente que diz não ser o PT o adversário principal e que o PSol tem de ser um partido de esquerda eleitoral. Esse desejo não poderá ser alcançado. O PSol não poderá ser um grande partido reformista, capaz de ocupar o lugar do PT. Sua função é a de combater a formação do partido marxista.

Assembléia Nacional Popular e da Esquerda rechaçou a frente única de luta

Nos dias 24 e 25 de setembro, realizou-se, em São Paulo, um encontro da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda, que contou com cerca de 800 pessoas. Este encontro foi organizado pelo PSOL, sindicalistas de esquerda da direção nacional da CUT, dos sindicatos e a Pastoral Operária e setores descontentes com o PT. Estiveram presentes o PCB e PCR. Contou com correntes como a LER (Liga Estratégia), LBI, Círculos Bolivarianos, Espaço socialista e Resistência Popular, entre outras. O Partido Operário Revolucionário (POR) participou do Encontro defendendo as propostas contidas em seu manifesto (reproduziremos abaixo).

O Encontro possuía a seguinte pauta: no dia 24/09 (sábado), seria definida a forma de funcionamento do encontro e feitas discussões em grupo; no dia 25/09 (domingo), se realizaria a plenária, tendo em vista o resultado das discussões em grupo. As discussões deveriam girar em torno do temário: a) Balanço Nacional e Internacional; b) Qual a plataforma necessária para a saída da crise sob o ponto de vista dos trabalhadores; c) Qual a perspectiva da Esquerda Socialista no próximo período; d) Qual o papel dos movimentos sociais, diante da crise atual e a agenda de ação e de luta para o período; e) Proposta de "Carta aberta da Assembléia Popular"; g) Quais as formas de organização da Assembléia (nacional e estados).

Para que o Encontro?

O objetivo era a aprovação da "Carta Aberta", proposta pelos organizadores. Um documento de compromisso eleitoral da esquerda, que estava rompendo com o PT e ingressando no PSOL.

Posições de algumas correntes e direções sindicais

No primeiro momento, os sindicatos presentes, movimentos populares e correntes puderam se expressar no plenário.

O PSOL contou com o parlamentar Babá que defendeu a unidade da esquerda para "reconstruir uma saída socialista", um "novo projeto estratégico dos trabalhadores após a falência política e moral do PT e de Lula" e conclamou como alternativa a candidatura de Heloisa Helena.

O PCB fez referência ao seu 13º Congresso que aprovou, na verdade, o "bloco de esquerda". Ressaltou que a Assembléia Popular é uma das vias para essa "alternativa de esquerda". Apresentou um "programa Alternativo de Transição para o Brasil", centrado na "formulação de um modelo econômico alternativo, voltado para o mercado interno", que contemple a distribuição de renda, formação de cooperativas de produtos de primeira necessidade e a estruturação da integração sul-americana, com vistas a implementar relações de cooperação e comércio".

O PCR fez a defesa do Poder Popular, que viria por meio de uma "revolução popular".

Entre os sindicalistas, Jorginho (executiva da CUT) retomou o objetivo da Assembléia Popular como o caminho de "recons-



Plenária da Assembléia Nacional Popular e de Esquerda

truir a esquerda brasileira". Bernadete Menezes (MTL) conclamou a unidade entre os setores da esquerda da CUT, Conlutas, Consulta Popular e MST para "enfrentar a derrocada do governo Lula e avançar na construção de um novo projeto socialista para o Brasil". Portanto, o centro era a tal da alternativa de esquerda para o fracasso do PT.

A LER (Estratégia) colocou-se pela "construção de um pólo classista e que a CUT e MST rompam com o governo e mobilizem os trabalhadores para impor uma Assembléia Constituinte, com deputados eleitos", como saída para a crise do governo Lula. O centro da intervenção foi o Encontro Nacional dos Trabalhadores (que indicavam o mês de novembro). A Resistência Popular fez a defesa da Assembléia Popular como o "espaço onde as organizações políticas devem construir uma alternativa da esquerda para a crise política e dos movimentos sociais", um "embrião de poder popular". Colocou-se pelo "programa mínimo", que tem como um dos eixos a "modificação da política econômica". A LBI falou da convocação de um Congresso Nacional de Base. O Espaço Socialista falou de um programa de ruptura e criticou a conduta do PSTU de romper com a CUT como sendo "auto-proclamatória".

O PSTU, por meio de seu dirigente Didi, fez o chamado da unidade em torno das bandeiras do "Fora Todos e rompimento com a CUT". Mas não participou do Encontro.

O POR defendeu que o Encontro da Assembléia Popular teria de ter o objetivo de unificar as forças do movimento operário, camponês, popular e estudantil para lutar pelas reivindicações da maioria explorada, combater o domínio imperialista e o capitalismo. Propôs a constituição de uma frente única de luta e de massas, regida pela democracia operária. Levantou a bandeira da independência de classe e da constituição dos Tribunais Populares. Criticou as "saídas parlamentares" para a crise, o eleitoralismo do PSOL e dos descontentes com o fracasso do reformismo petista.

O disfarce democrático

No período da tarde, iniciou-se a discussão nos grupos. Nessas discussões as questões mais relevantes foram: caráter da crise atual; saídas para a crise; formação de uma frente de esquerda e participação desta frente no processo eleitoral.

É importante destacar que toda a discussão remetia-se ao conteúdo da "Carta Aberta", uma vez que este documento deveria ser aprovado e, para tanto, seriam necessárias alterações. No final das discussões de grupos, seguindo-se a orientação da coordenação, as propostas de emendas foram encaminhadas no relatório. A síntese dos relatórios deveria ser apreciada na plenária do domingo.

A reunião dos relatores foi substituída por uma acordo entre os grupos promotores do Encontro, em particular as correntes do PSol mais PCB e PCR. Como resultado, uma nova Carta Aberta, que não mudava a essência da primeira, incorporando algumas tímidas críticas ao PT e à CUT.

O método burocrático

Logo no início do Encontro, foi enfatizado que se tratava de "buscar os consensos". Com o argumento de que não era possível "impor política para as correntes e sindicatos" e afirmando que essa prática era a usada pelos setores majoritários da CUT e PT, defendiam a não votação das divergências.

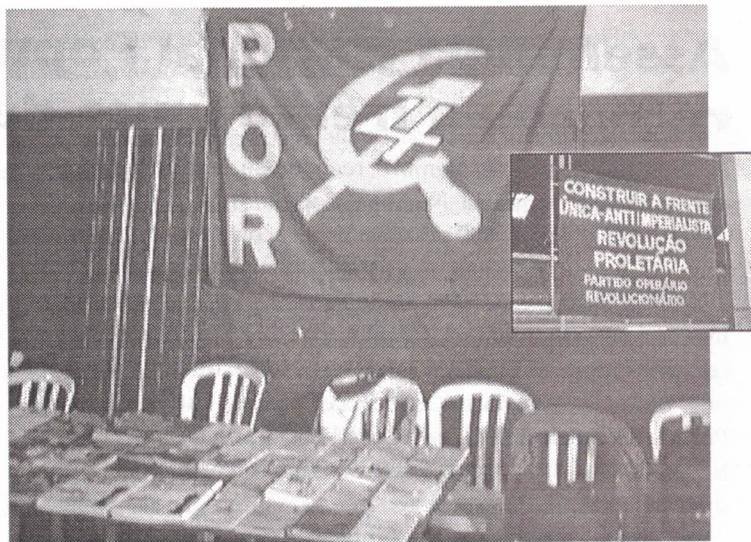
Na plenária final, houve um questionamento por parte das correntes mais à esquerda sobre o relatório dos grupos e as emendas aprovadas. A coordenação alegou que tudo que fosse polêmico não poderia constar na carta, mas sim de um relatório (documento mais completo sobre as questões que apareceram nas discussões). Reforçou que o propósito era o consenso. Portanto, a coordenação (a maioria da mesa) disse que isso já estava resolvido: não haveria discussão e nem votação das propostas, tudo seria remetido a um novo encontro, onde as regiões trariam suas posições, mediante discussão feita com base no relatório. Negou-se a democracia operária. Evidenciou-se que a reunião de grupos era uma farsa. A verdade é que as posições "consensuadas" entre as correntes majoritárias foram mantidas ou incorporadas à Carta, e as divergências ou adendos das correntes minoritárias foram deixados de lado.

O problema era que havia um acordo antecipado entre o PSOL, PCB, PCR e sindicalistas do qual não participaram as demais correntes. O consenso, na realidade, se limitava aos organizadores. Aos demais participantes, foi imposto o consenso pré-estabelecido, o que tornou as discussões em grupo em meros disfarces democráticos.

Diante das críticas, a coordenação do Encontro abriu a votação para a questão do método. Como possuía a maioria, ganhou o do "consenso", isto é, o falso consenso.

Única proposta de mobilização

A proposta de mobilização era o ato contra a visita de Bush. O POR defendeu que na bandeira estivesse a luta contra as reformas neoliberais. Formalmente foi aceito, mas com o conteúdo dos promotores do Encontro. O mesmo ocorreu com o Encontro de Trabalhadores. Foi aceito, mas para o futuro incer-



O POR esteve presente e defendeu que a AP se constituísse como frente única de luta pelas reivindicações

to. Todo momento, retomava a questão central: votar ou não as propostas.

Assinatura da Carta Aberta

Finalmente, chegou-se a questão da assinatura: quem deveria assinar a carta, a Assembléia Popular ou as correntes que com ela concordavam? A mesa, mais uma vez, como era conveniente à maioria da coordenação, submeteu a proposta ao plenário. De um lado, os opositores ao método burocrático defenderam que, como não houve discussão e aprovação, que a carta fosse assinada por aqueles que com ela se identificavam; de outro lado, a coordenação, querendo impor à carta a todos, defendeu que fosse a Assembléia Popular.

O POR insistiu no método da democracia operária, onde deveria haver a liberdade de expressão das idéias, o debate das mesmas e a votação da proposta, considerando a maioria e a minoria.

Houve a votação, com 345 votos a favor e 80 contra, a Carta Aberta será assinada pela Assembléia Nacional Popular e da Esquerda.

A máscara caiu por terra

Encerrando o Encontro, o petista descontente com o fracasso de Lula, Plínio de Arruda Sampaio usou a tribuna para defender uma "alternativa eleitoral", combateu o marxismo com o argumento do reformismo petista.

Ficou evidente a manobra dos promotores da Assembléia Nacional Popular. Usaram o Encontro para trazer parte da burocracia da CUT e sindicatos para a realização de um ato em favor da filiação ao PSOL. Esperaram a saída das correntes, que se opuseram à farsa do consenso, para a realização de uma manifestação de sindicalistas, membros da Igreja e petistas assombrados com a corrupção do PT para ingressarem coletivamente no partido de Heloisa Helena. O PSOL foi o abrigo criado para essa fração da burocracia, que até ontem se calava diante da política antinacional e antipopular do governo PT/Lula e da corrupção do Partido dos Trabalhadores.

Manifesto do POR à plenária da Assembléia Popular

É preciso ter claro que o nome "Assembléia Popular" para uma frente entre correntes de esquerda e representantes de movimentos não corresponde historicamente a esse organismo. A Assembléia Popular existirá no momento em que as massas em movimento a criarem. As discussões que por ora estão se dando têm de ter por objetivo organizar a luta direta para que os explorados, tendo a frente a classe operária, constituam a verdadeira assembléia popular. O POR participa dessa plenária defendendo a formação de uma frente única de luta e de massa, uma frente antiimperialista e anticapitalista.

Situação Política

O essencial a ser entendido sobre a crise que envolveu o PT e o governo Lula é que fracassou a estratégia de um governo reformista, que arrastou as massas exploradas por detrás das ilusões eleitorais. Comprovou-se a lei da história que o Estado capitalista não pode ser colocado a serviço de todos os explorados. Ou o proletariado destrói o Estado capitalista por meio da revolução, ou a burguesia continuará seu domínio.

O PT se propôs a dirigir esse Estado. Acabou se submetendo às relações políticas da classe burguesa. Por essa mesma razão, antes de chegar ao governo central subordinou-se aos ditames do grande capital nacional e internacional. Corrompeu-se prematuramente ao se propor a reformar o capitalismo decadente e ao se socorrer do financiamento político e organizativo por banqueiros, industriais etc. É isso que explica que a direção majoritária do PT e o caudilho Lula tenham feito um acordo de respeitar a política econômica do capital financeiro antes das eleições, publicada na Carta aos Brasileiros. A esquerda petista tornou-se conivente ao manter a defesa do PT e trabalhar pela vitória de Lula. A esquerda não petista que apoiou Lula não está isenta dessa responsabilidade.

A crise tomou as esquerdas petistas e parte das não petistas de surpresa, pelo tamanho do envolvimento do PT com a corrupção. Há uma perda de referência da maior parte delas que alimentaram a ilusão no eleitoralismo, no democratismo e na estratégia do governo democrático e popular. Acreditaram e defenderam o que se denomina de "projeto nacional". O naufrágio do PT, no entanto, não tem servido para se reconhecer que não há nenhuma possibilidade de um governo nacional-reformista, que desenvolva o tal do "projeto nacional".

A crise vem obrigando a um realinhamento das mais variadas correntes de esquerda, que viam no PT a possibilidade de reformas democráticas e populares. O problema está em que as esquerdas petistas que perderam a referência do caudilho Lula procuram uma reorganização política no mesmo campo ocupado antes pelo PT.

Há que se rechaçar o eleitoral-reformismo, tendo por base a experiência concreta do PT. E defender a constituição de uma frente de luta e de massa. Está colocada a tarefa de se organizar uma frente única antiimperialista. Ter bandeiras e reivindicações claras que ajudem as massas a enfrentarem a exploração capitalista, a opressão imperialista, a fome e a miséria. Uma frente única antiimperialista, conformada por uma aliança entre a classe operária e camponesa, permitirá uma resposta proletária à crise política.

O caráter da crise

A crise política tomou conta de todas as esferas do Estado. O governo do PT Lula foi desmoralizado pela oposição burguesa

(PSDB, PFL e seus aliados). Seus adversários eleitorais fizeram vir à tona a enorme rede de corrupção que envolve o PT e seu governo. As denúncias dos larâpios do dinheiro público contribuíram para pôr em evidência o funcionamento do Estado: a partilha dos cargos, a compra de votos para aprovação de projetos, a distribuição do orçamento, o fisiologismo, os compromissos com o grande capital, o sustento financeiro das campanhas eleitorais e máfia das propinas. Encolhido pelas denúncias, o PT foi incapaz de reagir e sequer pôde acusar os partidos que sempre estiveram no cume do poder. Não pode desmascarar o PFL do corrupto Antônio Carlos Magalhães, o PSDB de Eduardo Azeredo/FHC, iniciadores do esquema de Marcos Valério, o PMDB de Sarney atolado na lama dos escândalos de ladroagem no Maranhão, sem dizer do PDT do padre Paulinho da Força Sindical.

Um a um dos pilares do governo do PT/ Lula foi jogado no lamaçal pelos corruptos e corruptores e se debatem, usando o recurso do STF, para que não sejam cassados – José Dirceu, João Paulo, Luizinho, Gushiken etc. A oposição burguesa negociou os rumos da CPIs para que o impeachment de Lula não fosse a prioridade. O centro das denúncias tem como objetivo quebrar eleitoralmente o PT e o Estado vir a ser governado novamente pelos partidos orgânicos da burguesia. A crise política avança com a saída, acordada entre os partidos, de Severino Cavalcante.

O PT se prostituiu na política burguesa, mostrando a inviabilidade de um partido reformista/democratizante. As eleições internas são provas do fracasso desse partido. O PT concluiu como partido pró-imperialista.

O governo tenta movimentar a CUT/sindicatos/UNE/UBES para se defender das cassações e proteger o caudilho Lula. A oposição burguesa aciona a Força Sindical/OAB para arrastar os trabalhadores por detrás do eleitoralismo do PSDB e da frente que sustentou os oito anos de governo FHC. Os explorados assistem ao jogo armado em torno das CPIs e não têm saído às ruas para apoiar nem o governo e nem a oposição burguesa. Os atos têm sido minoritários, o que impede uma ação mais contundente do PSDB/PFL para afastar definitivamente Lula do poder. Por sua vez, as direções sindicais cutistas e seus aliados do PCdoB, que dirigem a Une e Ubes, estão acuados porque sabem que as denúncias os atingirão. A exemplo do dinheiro que recebe João Felício para participar do conselho do BNDES, dos recursos estatais que vão para as direções da UNE.

Há uma desconfiança com os partidos que administram o Estado. Só não tem sido mais profunda porque a desilusão no PT ainda é muito recente e o Brasil carece de um partido revolucionário inserido no movimento social.

A crise do PT/Lula traz para a luta dos trabalhadores algumas lições

a) O PT fracassou na sua estratégia de reformar o Estado por meio de um governo apoiado pela CUT/ sindicatos, MST e entidades estudantis e populares;

b) O PT para pôr em prática sua estratégia se aliou aos partidos da ordem capitalista e se submeteu às diretrizes do capital financeiro internacional;

c) O PT para chegar ao poder foi se integrando ao Estado bur-

guês e utilizando dos mesmos mecanismos corruptos da burguesia;

d) O PT governou para os capitalistas e assumiu as reformas antinacionais e antipopulares;

e) As CPIs são formadas por bandos de corruptos e corruptores, portanto incapazes de denunciar os punir seus aliados;

f) As direções sindicais, camponesas e estudantis submeteram os movimentos à política burguesa e à farsa das promessas eleitorais do PT;

g) A burocracia sindical petista estatizou ainda mais a CUT/sindicatos, tornando-os instrumentos da política governamental;

h) O maior crime do PT contra os trabalhadores foi atacar a vida dos oprimidos por meio do decreto de fome do salário mínimo, da destruição da aposentadoria e do desemprego, que condena a maioria da juventude.

Como responder a crise

A luta dos trabalhadores não se limita a denunciar a podridão do Estado e de seus governantes. Para isso, é preciso arrancar as burocracias que tomaram conta dos organismos dos explorados. Nossa arma é a defesa da independência dos oprimidos frente ao Estado e à política burguesa, que envolve todos os partidos da ordem capitalista. Nosso ponto de partida é a luta nas ruas pelas reivindicações da maioria pobre: salário, emprego, direitos trabalhistas e fim das reformas neoliberais. Para isso, é preciso:

1. Defender que somente os Tribunais Populares, erguidos por meio da luta dos explorados, poderão julgar os crimes do governo PT/Lula, dos partidos da oposição burguesa, que agem contra a vida da população pobre;

2. Rechaçar as CPIs dos corruptos e dos corruptores e levantar a bandeira dos Tribunais Populares.

3. As bandeiras de plebiscito revogatório, Assembléia Constituinte, antecipação das eleições não respondem a real necessidade das massas, que é a independência de classe e construção de seus organismos por meio da luta direta;

4. As bandeiras do "Fora Todos", rompimento com a CUT e criação de uma nova central sindical e estudantil padecem do sectarismo/aventureiro. Não correspondem à situação atual dos trabalhadores. Não permitem desenvolver a unidade na luta da maioria oprimida. Acabam desviando-se da tarefa essencial de varrer a burocracia, ganhar a direção dos movimentos sociais, impor a democracia operária e defender as reivindicações vitais dos explorados.

5. Constituir um Tribunal Popular para colocar nas mãos dos operários; camponeses pobres e demais oprimidos a via da defesa do salário mínimo vital; da escala móvel das horas de trabalho; da escala móvel de reajuste; da terra aos camponeses pobres e da saúde, educação e moradia públicas.

Plataforma de luta

A aprovação de um plano de lutas tem como objetivo unificar as massas exploradas sob a direção do proletariado. Impulsionar a ação direta. Varrer a burocracia sindical. Defender a independência

de classe das organizações sindicais, camponesas, estudantis e populares frente ao Estado e à política burguesa.

1. Defesa do salário mínimo vital, calculados pelas organizações operárias;

2. Reposição de todas as perdas salariais e escala móvel de reajustes;

3. Defesa da escala móvel das horas de trabalho;

4. Nenhum jovem sem escola, nenhum jovem desempregado

5. Expropriação do latifúndio e entrega das terras aos camponeses pobres;

6. Fim das reformas que retiram direitos trabalhistas;

7. Rechaço à reforma privatista da previdência;

8. Que nenhum aposentado receba menos que o salário mínimo vital. Eliminação das milionárias aposentadorias;

9. Escola pública e gratuita em todos os níveis para todos os filhos dos trabalhadores. Estatização de todo o sistema de ensino, sem indenização, e sob o controle de quem trabalha e estuda;

10. Reestatização de todas as empresas privatizadas e controle por aqueles que nelas trabalham;

11. Fim das reformas antinacionais e antipopulares;

12. Fim dos acordos com o capital internacional. Não pagamento das dívidas interna e externa. Fim do intervencionismo militar e econômico do imperialismo sobre as semicolônias;

13. Luta pela expropriação dos meios de produção e implantação da propriedade coletiva;

14. Tribunal Popular para combater de conjunto os crimes da burguesia e seus partidos contra o país e os explorados;

15. Defesa da revolução e ditadura proletárias.

Construir o Partido Operário Revolucionário

Um dos pontos a ser discutido nessa plenária vem com o nome de "Perspectiva da Esquerda Socialista". Isso comparece, para vários grupos presentes, como alternativa ao fracasso do PT. Há que criticar a conduta de boa parte das esquerdas que não foi capaz de caracterizar corretamente o PT, de combater a estratégia reformista do governo democrático e popular e rechaçar o eleitoralismo impregnado de campanhas milionárias desenvolvidas em todas as esferas pelo PT. É bom lembrar que a maioria trabalhou para que o PT chegasse ao poder do Estado, apoiando suas candidaturas, no 1º ou no 2º turnos. Portanto, serviram de instrumento contra a construção do partido operário, assentado na estratégia da revolução e ditadura proletárias.

Para o POR, a construção do partido do proletariado não vem como alternativa ao fracasso histórico do reformismo petista. Ao contrário, vem da necessidade de formular o programa da revolução proletária para o Brasil semicolonial. Equivale dizer, do partido-programa, fincado no seio das massas exploradas. É tarefa da vanguarda trabalhar para pôr em pé esse partido e não mais uma variante para o petismo decadente. A estratégia da classe operária e demais oprimidos é a do governo operário e camponês, que só pode ser resultado da insurreição das massas contra o poder econômico e político da burguesia.

Não haverá uma "perspectiva socialista" sem que o proletariado se organize em um partido internacionalista. Esse partido tem por base a experiência internacional do marxismo e como pedra fundamental o Programa de Transição da IV Internacional.

A Carta Aberta da Assembléia Popular - uma plataforma eleitoral

A Carta Aberta da Assembléia Popular é expressão da política das correntes majoritárias em seu interior de formular uma plataforma política, voltada evidentemente às candidaturas do PSol e aliados para as próximas eleições, colocando-as como uma "terceira via" diante da disputa entre o PT/aliados e a oposição burguesa. Esse conteúdo é o oposto de uma resolução de frente única das correntes e organizações em defesa das reivindicações das massas e em choque com o governo e a burguesia.

Os objetivos anunciados na Carta, de "*Rearticular o movimento operário e popular, recuperar a capacidade dos trabalhadores intervirem na conjuntura; reagrupar a esquerda socialista; discutir os problemas teóricos e práticos da atuação política da esquerda socialista e a construção de uma plataforma socialista para o Brasil, que exige a unidade ativa dos trabalhadores do campo e da cidade*" convergem para a constituição dessa tal "plataforma". Não se trata de uma pauta de reivindicações ou bandeiras que pudessem unificar as lutas contra a burguesia, o imperialismo e o governo. Constitui na verdade parte de um programa de candidatura, como se pode comprovar:

1) A proposta inicial da carta, de "mudar" a política econômica de Lula (que seria uma proposta de política voltada ao governo atual), foi amenizada com a emenda "derrotar". No entanto, permaneceu seu caráter de política governamental, como se pode ver logo a seguir: "*extinção da política de superávits primários e construção de uma política ativa de geração de emprego e renda*". A defesa de "uma política" só pode estar voltada para que um governo a execute. É o oposto de uma reivindicação, que teria de apontar, neste caso, para o fim do desemprego (escala móvel de horas de trabalho) e salário mínimo real de acordo com as necessidades da família operária. A defesa da reivindicação leva à organização da luta de massa para arrancá-la da burguesia e seu governo; a defesa de uma "política" leva ao apoio eleitoral à candidatura ou candidaturas que a assumirem como programa de governo ou mandato parlamentar.

2) A proposta de "*Eleição dos cargos de confiança nas empresas públicas e estatais, imediato impedimento das empresas que contribuíram com as campanhas eleitorais de participarem de licitações por pelo menos 8 anos*" vai no mesmo sentido. É uma proposta de gerenciamento governamental das empresas estatais. Só tem sentido se estiver dirigida às eleições. A bandeira de luta dos trabalhadores é o controle operário da produção, bandeira que não se restringe às empresas públicas, mas se estende às empresas privadas. O controle operário é o poder das massas mobilizadas sobre a propriedade privada e estatais, no rumo da propriedade coletiva (social) dos meios de produção. A rejeição do controle operário, feito pelo conchavo das correntes do PSol e aliados, distingue a plataforma eleitoral do anunciado objetivo de unificar as lutas.

3) Diante da crise política, a Assembléia Popular se coloca pela saída institucional: o plebiscito revogatório do PSol foi incorporado à carta, sendo excluídas as bandeiras das correntes minoritárias. Basta ver: "*garantia de realização de plebiscitos e consultas populares para decidir medidas que o Congresso Nacional não tem moral para instituir*". A bandeira do plebiscito arrasta os oprimidos para a disputa interburguesa, colocando-os em bloco com a oposição burguesa (PSDB/PFL), que busca se potencializar para a sucessão de Lula. É contra essa saída institucional que o POR

tem defendido os Tribunais Populares, que é uma bandeira que coloca a independência de classe (os burgueses criminosos não julgarão a si mesmos) e o método da mobilização pelas reivindicações, que se opõem ao governo e à burguesia no seu conjunto.

As críticas feitas ao governo Lula e às direções da CUT e UNE servem para diferenciar a plataforma de esquerda em relação ao PT. O ponto de partida da crítica é a "*aliança com a burguesia nacional*", "*a falência da conciliação com setores e partidos burgueses*", a linha de destruição dos serviços sociais e a política econômica. E qual a conclusão a que se chega? Resposta: "*A crise do governo Lula e do Congresso Nacional é também a crise de representação política das classes dominantes no Brasil*". Para o PSol e aliados, o problema do governo Lula foi ter se aliado à burguesia nacional, e não ter se apoiado nos movimentos. Por isso, a atual crise política indica a necessidade de uma nova forma de representação política, que não se alie à burguesia nacional e se apóie nos movimentos, a fim de realizar um outro programa de governo, para o qual a Carta aponta. Ainda que disfarçada com fraseologia de esquerda radical, a Carta é fundamento para a intervenção eleitoral.

A Carta, enquanto plataforma voltada às eleições, não poderia ser construída pelos métodos da democracia operária. A disputa eleitoral divide os trabalhadores. A Assembléia Popular não pôde cumprir o papel de organizadora de uma frente única de luta. A unidade dos oprimidos acontece a partir das reivindicações comuns e do método da mobilização. Essa unidade se organiza pelos princípios da democracia operária, que pressupõe a mais ampla liberdade e possibilidade de defesa das posições divergentes e votação de resoluções por maioria. É assim que as resoluções aprovadas podem expressar a unidade real, e não a imposição de políticas de cima para baixo. Mas o PSol e seus aliados não podem aplicar a democracia operária. Reproduziram na Assembléia Popular o que se vê na UNE e na CUT: as direções das correntes mais fortes negociam suas posições por cima das decisões de base e as apresentam como de consenso. As posições minoritárias são excluídas e apresentadas como quem não quer a unidade. O "consenso" apresentado é na verdade um conchavo de cúpula de um lado e a imposição desse acordo às minorias de outro. Um acordo ao redor da disputa eleitoral.

A divisão entre Assembléia Popular, de um lado, e Conlutas, de outro, também expressa a disputa eleitoral. Apesar da necessidade de reorganização de correntes e organizações ao redor do objetivo da frente única de luta pelas reivindicações, as direções da Assembléia Popular colocam em primeiro plano os interesses eleitorais e a disputa de aparelho. A Assembléia Popular é utilizada pelo PSol para potencializar suas candidaturas e alianças, bem como a incorporação de divisões do PT (caso recente da APS de Plínio Sampaio e Ivan Valente).

A luta pela unidade real dos trabalhadores ao redor das reivindicações passa pelo combate às posições divisionistas do movimento, e pela defesa de uma política de independência de classe e fundamentada na ação direta e nos métodos da democracia operária. O POR atua em todas as frentes com esses objetivos. A falência do reformismo potencia a construção do autêntico partido revolucionário, mas essa luta depende da ação política contra as tentativas de refundação do reformismo.

Movimento pela conversão da dívida externa: Uma campanha da burocracia que visa a comover os abutres

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), CUT, OAB, MST, UNE, UBES, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Ministério da Educação e a Unesco lançaram uma campanha intitulada “A Verdadeira Dívida é com a Educação”. O objetivo é comover os governantes, o G7, o FMI e o Banco Mundial para o “perdão das dívidas”.

A presidente da CNTE, Jussara Dutra Vieira, diz que a conversão da dívida externa em recursos à educação “compensa, ainda que parcialmente, uma injustiça histórica”. Apóia-se no argumento reformista de que o povo não foi consultado sobre essa dívida. E que se trata de “responsabilidade social de credores e devedores para com a humanidade”. Conclui que é preciso superar a política econômica do governo Lula, que se assenta no superávit primário. A campanha, portanto, favoreceria o governo que “abriria mão de uma dívida que é imoral, ilegítima e impagável”. A dirigente da CNTE propõe que o governo que ajudou a eleger (PT/Lula) abandone as diretrizes do FMI (Carta ao Brasileiros), convencendo os banqueiros internacionais de que é “imoral” continuar pagando os juros e encargos por meio da manutenção do superávit primário, que arranca da educação 20% (DRU).

Está aí um dos elementos do fracasso dessa campanha. Isso por que Lula foi eleito com o consentimento dos credores internacionais de que cumpriria os acordos de pagamento da dívida externa. Não por acaso o superávit primário foi de 39 bilhões de reais para 81 bilhões de reais (de 2002 a 2004). Os investidores estrangeiros exigem um seguro fiança, materializado no crescimento do superávit primário. Lembremos, a crise política que atinge o governo Lula com a brutal corrupção só não foi mais a fundo (removendo o governo) porque este cumpre os ditames do grande capital nacional e internacional.

As direções sindicais, camponesas e estudantis promotoras da campanha de conversão da dívida não fazem senão iludir a maioria explorada de que é possível, por meio da pressão parlamentar, convencer os exploradores e seus representantes governamentais de que já lucraram muito e que deveriam olhar para o povo pobre, que carece de educação. Sequer originalidade tem a campanha. Recordemos: na época de Paulo Renato (Ministro da Educação de Fernando Henrique Cardoso –PSDB), foi apresentado ao Banco Mundial a idéia de usar parte da dívida na educação.

O que revela a campanha

Se há um lado positivo, esse é o da denúncia do endividamento do Brasil, da sangria que é feita todo o ano com o pagamento dos juros e do enorme saque feito pelo governo do PT das riquezas nacionais.

Um dos argumentos da campanha é o de que o Brasil deve aos banqueiros internacionais 540 bilhões de reais e que existe uma dívida interna que chega a 1 trilhão de reais. Grande parte dessa dívida pertence a empresas privadas (95,5 bilhões de dólares), sendo que a União deve 76,8 e os Estados e Municípios

29 bilhões de reais. Portanto, 47% da dívida pertence aos capitalistas. Se somarmos o que foi pago em juros e amortizações das dívidas interna e externa, saíram dos cofres públicos 605,6 bilhões de reais. E mais: o governo Lula pagou, em 2003, 145,3 bilhões de reais e 146 bilhões de reais em 2004, somente em juros e encargos dessa monumental dívida.

Os burocratas sindicais concluem que não dá para continuar seguindo esse ritmo e que é preciso aplicar recursos em educação. A via é a da campanha por meio de assinaturas, pressão ao governo e comoção aos organismos financeiros internacionais. Dizemos que, por essa via, não modificaremos a política econômica do governo, que é de submissão aos banqueiros. A reivindicação não pode ser conversão da dívida externa em investimento, mas sim não pagamento da dívida externa. São duas táticas opostas: a da burocracia que quer converter a dívida e a dos trabalhadores pelo fim do pagamento da dívida.

A proposta de conversão e a conduta do governo

Os dirigentes da campanha são defensores do Plano Nacional de Educação, que prevê a elevação dos investimentos educacionais para 10% do PIB, gradativamente até o ano de 2010. O Congresso Nacional rejeitou esse investimento na época de FHC. Com a chegada de Lula ao poder do Estado, a CNTE fez aprovar em seu Congresso, janeiro de 2004, o “Movimento pela Conversão da Dívida Externa em Recursos para a Educação”. Em seguida, encaminhou ao governo do PT o documento e a proposta de negociação. O governo se propôs discutir os mecanismos que pudessem viabilizar tal proposta. O MEC criou o Comitê Social para a Conversão da Dívida. Os deputados apoiadores formaram uma frente parlamentar, com o mesmo objetivo: pôr em prática a proposta.

Como se vê, o governo não se colocou contra. Mas não se dispôs a fazer nenhum decreto de moratória da dívida ou outro mecanismo que corte o envio de bilhões de reais para o pagamento da dívida. Enrola os burocratas sindicais com as promessas de estudo de “viabilização” da proposta. Para o governo, o “perdão” da dívida tem de ser negociado com os credores. Esse argumento é suficiente para dizer que nada fará para pôr em prática a tal conversão.

A dívida e a educação

No documento que expõe a campanha, acaba denunciando o governo do PT, que aplica somente 79,92 bilhões de reais na educação. Isso significa 4,32% do PIB. Diz que se alcançassem os 10%, os investimentos atingiriam 185 bilhões de reais.

Comparando os 146 bilhões de reais gastos em pagamento de dívidas com os 79,92 bilhões de reais destinados à educação, nota-se que o governo Lula vem cumprindo (com sobras) as metas do FMI em detrimento da educação. Se verificarmos o orçamento da educação nos três últimos anos, temos 16,1; 15,1 e 14,5 bilhões de reais entre os anos 2002 a 2004. Por outro lado o superávit primário cresceu 39,0 (2002); 42,0 (2003) e 81,0 bilhões

de reais (2004), da mesma forma o pagamento dos encargos das dívidas interna e externa: 124,2; 145,3; 146,0 bilhões de reais, nesses três anos.

Como se vê, a cada ano reduz o orçamento educacional e eleva o montante de recursos para o cumprimento dos acordos da dívida. Portanto, o governo segue a lógica dos planos neoliberais: corte de recursos aos serviços públicos para que seja viável o pagamento do endividamento externo.

Uma verdadeira campanha

Os sindicatos e as Centrais deveriam ter a tarefa de impulsionar a campanha pelo ensino público e gratuito para todos e em todos os níveis. O que vemos é contrário. Não movem uma palha contra a rede privada e aceitam que os governos repassem verbas e isenções fiscais às universidades tidas como filantrópicas/confessionais, como é o caso das PUCs, Metodistas, entre outras. Não se colocaram abertamente contra reforma educacional ditada pelo Banco Mundial, que tem como essência a privatização. Não fizeram denúncia da redução de verbas educacionais, pelo governo Lula. As poucas denúncias existentes sobre investimentos educacionais não visam à organização e a luta direta dos trabalhadores e dos estudantes.

As conseqüências dos cortes de recursos estão por todos os lados. Eis alguns deles:

1.O Fundef, que financia todo o ensino fundamental, portanto 35 milhões de alunos, determinou o custo-aluno anual de 620,56 (1ª a 4ª séries) e 651,59 (5ª a 8ª séries). Portanto, pouco mais de três reais por dia. Ainda mais, boa parte desse dinheiro não chega às escolas, vai para a corrupção.

2.O ensino médio, reduzido a 9 milhões de alunos, vive à mingua porque os Estados limitam a sua verba;

3.De cada 100 alunos do ensino fundamental, apenas 31 chegam ao ensino médio. Abandonam por falta de vagas, pelas péssimas condições de ensino, pelo desemprego e pela superexploração do trabalho (jornada de trabalho que impede a frequência às aulas).

4.30% dos jovens de 17anos estão fora da escola;

5.58% da juventude entre 15 a 24 anos está desempregada;

6.O analfabetismo funcional chega a 60%

7.Somente 4 milhões de alunos chegam ao ensino superior;70% dos estudantes do ensino superior se encontram na rede privada;

8.O salário médio do professor de educação básica é de menos de dois salários mínimos.

Como vemos, os efeitos dos baixos investimentos na educação correspondem a uma política acordada com os credores internacionais, que exigem a manutenção e elevação do superávit primário e a ampliação da privatização dos serviços essenciais, entre eles a educação.

Uma campanha que não coloque fim aos acordos de pagamento da dívida com os banqueiros só pode ser distracionista. Por isso, dizemos que se trata de uma armação da burocracia sindical, que pretende que o governo do PT/Lula comova o FMI/BIRD com o argumento de que o Brasil precisa aplicar mais em educação.

Os trabalhadores da educação têm de rejeitar essa falácia e aprovar que o aumento de recursos à educação deve estar vinculado à luta pela estatização de todo o sistema de ensino, fim das reformas educacionais privatistas, ditadas pelo Banco Mundial, elevação geral do piso dos educadores (salário mínimo vital de R\$2000,00), por único sistema de ensino, público, gratuito, laico e vinculado à produção social.

Balanço da greve dos professores de Fortaleza

Os professores da rede municipal encerraram neste 27/09 a greve da categoria, que já durava 16 dias contra a prefeitura. Foi a primeira greve do magistério na gestão Luizianne Lins/PT. A paralisação, mesmo sem apontar para a radicalização e com uma adesão menor que a de 2003, conseguiu derrotar a Prefeitura e, em pouco mais de 2 semanas, arrancar importantes conquistas.

A pauta de reivindicação era composta de: exigência dos 10% de reajuste para os professores de nível universitário D 05B (que ficaram fora do reajuste em maio), incorporação dos aditivos de carência definitiva segundo critérios defendidos pela categoria, fim do *passé-card* e defesa do vale transporte em papel, ampliação do número de ascensões funcionais (há mais de 4000 processos parados) e criação de lei complementar que alterasse o estatuto do magistério e permitisse a ascensão automática,

Plano de cargos e carreira, implanta-

ção das regências de classe para os professores que não foram atendidos, licença prêmio, atualização e pagamento dos anuênios suspensos desde outubro de 2003.

As raízes da greve

a) campanha salarial

Os professores saíram em campanha salarial em princípios do ano (março/abril), ainda anestesiados pelas ilusões na prefeita Luizianne. A maioria esmagadora da categoria votou na prefeita, acreditando que ela incorporaria os aditivos, valorizaria o magistério, respeitaria os direitos do funcionalismo público, aumentaria os investimentos na escola pública e poria fim ao tráfico de influência dos vereadores corruptos da antiga base de Juraci Magalhães, que indicavam diretores e funcionários nas escolas. As experiências da categoria com a prefeitura vão pouco a pouco desmon-

tando cada uma dessas ilusões. E primeira dessas experiências ocorre com a campanha salarial de 2005.

Os professores foram às ruas pedir a reposição das perdas salariais de mais de 50% nos últimos 8 anos. A prefeitura concedeu 10% de reajuste linear, mas não sem antes acenar com a possibilidade de um reajuste menor ainda e escalonado, variando por cada nível, e tentar desmobilizar os professores, enviando fax para as escolas. A reposição de 10%, que saiu mediante a pressão nas ruas, e a luta posterior para que os professores de nível D 05B, que ficaram excluídos desse reajuste, também tivessem direito a ele, contribuíram bastante para desgastar as ilusões na prefeitura do PT.

b) aditivos

A prefeita Luizianne, durante a campanha eleitoral, prometeu a incorporação dos aditivos. Os professores que votaram na prefeita contavam já com a garantia do

fim da *Lei Cambraia*, que determinava o critério de 60 meses para a incorporação e iniciaram a negociação com a prefeitura. Luizianne e o secretário de Educação, Idevaldo Bodião, fizeram ouvido de mercador e durante meses os professores ficaram sem resposta da prefeitura. Apenas depois das mobilizações propuseram, como critério de incorporação, inicialmente, 36 meses consecutivos, o que excluía boa parte do professorado. Depois de 20 meses consecutivos, o que ainda não atendia a necessidade da categoria. As lutas em torno dos aditivos, que continuaram com salários atrasados e sem os mesmos direitos dos professores com contrato (férias, 1/3 de férias etc.) contribuíram para a superação das ilusões. Os professores já não mais acreditavam que a prefeitura poderia ceder sem luta.

c) Indicação dos diretores de escolas

Uma das maiores expectativas do magistério era de que a Prefeitura exoneraria imediatamente todos os diretores de escola, na sua maioria corruptos, apadrinhados de vereadores da antiga base de Juraci (PMDB), conhecidos carrascos dos professores. A categoria exigiu eleições imediatas para diretores. A prefeitura respondeu com a prorrogação dos mandatos dos diretores. O descontentamento da categoria já era grande quando em agosto a prefeitura decidiu que iria exonerar os antigos diretores e substituí-los por diretores biônicos, indicados pelas SEDAS em lista tríplice. As listas deveriam ser feitas em cada escola com os professores interessados em participar do processo. Em caso de o número superar 3 haveria uma consulta interna sem a parti-

cipação dos pais nem de alunos. Por fim caberia a prefeitura bater o martelo sobre quem ficaria numa clara intervenção branca nas escolas. A lista tríplice pôs abaixo as últimas ilusões na prefeita Luizianne, inclusive dos pais e alunos.

A greve

A greve começou como uma paralisação por tempo determinado. Deveria durar 3 dias: 12, 13 e 14 de setembro para pressionar pelo atendimento das reivindicações. Em virtude do não avanço nas negociações, a assembleia de professores aprovou a continuidade do movimento por mais 2 dias. Após a manifestação dos professores na Prefeitura e ao não avançarem as negociações, mais uma vez, a greve foi avançando, ganhando adesão das escolas e passou a tempo indeterminado. A própria direção do Sindiute (PT-O Trabalho) que, no princípio, defendeu a greve junto às correntes de oposição, passou depois a evitar a greve. Procurou conduzir o movimento para paralisações temporárias por tempo determinado sem avançar para a greve.

A prefeitura contra-atacou liberando o pagamento dos aditivos que estavam com os salários atrasados e convocando os professores para encontros em ginásios, convidando-os a suspenderem a greve. Mesmo após o pagamento dos aditivos, continuaram parados e, com o fracasso da prefeitura em parar a greve por essa via, passou a ameaçar os professores com a perda do aditivo e enviando fax às escolas com o objetivo de desmobilizar a categoria. As ameaças da prefeitura só serviram para mostrar com transparência

cristalina que a administração Luizianne era o continuísmo de Juraci Magalhães.

Os piquetes foram fundamentais para fechar escolas e segurar a greve no momento decisivo. Nesse ponto, a greve de 2005 representou um avanço em relação à de 2003, quando se verificava uma resistência do professorado em parar escolas por métodos de piquete.

Após a manifestação na SEDAS, a direção do Sindiute, que havia recebido a notícia da prefeitura que esta cederia em um dos pontos da pauta emergencial, propôs envergonhadamente na massiva assembleia do dia 20/09 o fim da greve. A direção chegou ao ponto de inscrever uma oradora quando já estavam encerradas as inscrições, para que esta apresentasse a proposta de fim da greve que os diretores do sindicato não tiveram coragem de defender abertamente. A categoria não apenas rechaçou o fim da greve, votando com as correntes de oposição, como percebeu claramente a manobra da direção que chegou a insistir na recotagem dos votos para verificar o resultado.

A greve prosseguiu embora perdendo força. A audiência do dia 27 foi decisiva. Diante da paralisação de um número ainda considerável de escolas, a prefeitura cedeu e atendeu boa parte das reivindicações: incorporação dos aditivos com os critérios da categoria, reajuste do nível D 05B, pagamento dos anuênios, regência de classe, ficando de fora a garantia dos vales de papel.

A vitória da greve com o atendimento pela prefeitura das reivindicações principais significou o fortalecimento da consciência de classe e mostrou a importância do método grevista.

Campanha do POR:

Abaixo assinado contra as torturas, opressão social e política em Rondônia e pela suspensão imediata dos processos contra Maysa (militante do movimento negro), Manoel (movimento camponês) e contra Graça Araújo (militante do movimento dos professores)

A concentração de riquezas nas mãos dos capitalistas gera desemprego, falta de moradia, terra para os camponeses pobres e saúde e educação para a maioria explorada. Isso têm provocado conflitos cada vez mais contundentes. Em Rondônia, a maioria pobre não tem acesso à educação. A política de privatização do ensino superior ganha força em nosso Estado, onde a universidade sequer se consolidou em termos de oferecimentos de cursos e infra-estrutura para seu funcionamento e de cursos que são básicos para a região tais como: Ciências Agrônômicas, Engenharia Florestal etc. e com profundas debilidades também em termos de laboratórios para cursos novos como medicina. No dia 11 de agosto, dia nacional de protesto, os estudantes, professores e trabalhadores saíram

às ruas contra a privatização e falta de condições elementares de funcionamento da universidade (residência, passe-livre, restaurante e melhores condições de ensino). O movimento foi duramente reprimido pela polícia. As lideranças do movimento foram presas, espancadas e conduzidas à delegacia de polícia. Os repressores abriram um processo criminal contra lideranças do movimento. Contra tamanha brutalidade dos governos e seus agentes repressivos, nós abaixo assinados exigimos:

1. Fim da farsa armada pelo governo e policiais para punir os trabalhadores e estudantes;
2. Retirada imediata dos processos contra Maysa, Manoel e Graça

Nesta edição:

- Como impor a nova Bolívia, sem explorados nem oprimidos, não mais colônia das multinacionais, dos Estados Unidos da América do Norte?
- Voz da Universidade Popular César Lora
- Podridão da farsa eleitoral à vista
- A COR Altenha repudia o eleitoralismo
- Importante! As maiorias repudiam a farsa e chacota eleitoral!

Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional



Como impor a nova Bolívia, sem explorados nem oprimidos, não mais colônia das multinacionais, dos Estados Unidos da América do Norte?

Não mediante as imposturas eleitorais, a constituinte, as autonomias, as eleições estaduais, ou uma nova constituição. Tudo isso não passa de manobras sujas da burguesia e de seu governo de plantão, ou seja, das multinacionais. O resultado: o país semicolonial e farrapento.

A Nova Bolívia

Essa questão transcendental obriga a mudar radicalmente os fundamentos, a base econômica estrutural da sociedade, caracterizada pela contradição ou harmonia entre as forças produtivas (força de trabalho) e as relações de produção (forma de propriedade dos meios de produção).

Na atualidade domina no mundo, no capitalista, a sociedade assentada na grande propriedade privada burguesa dos meios de produção, o que se traduz no fato da maioria da população ser submetida à exploração e opressão. Se queremos construir outra sociedade sem classes sociais (sem oprimidos nem opressores), temos de estruturar novas bases nas que se sustente a Bolívia.

É a base estrutural a que determina as particularidades da

Voz da Universidade Popular César Lora

Sete décadas de luta heróica e exemplar do Partido Operário Revolucionário.

O marxismo-leninismo-trotskista da Quarta Internacional enriquece a teoria de Marx com os aportes de Lênin e Trotsky

A Quarta Internacional (a política marxista-leninista de Trotsky aparece e se desenvolve na Oposição de Esquerda Internacional, cujo objetivo foi combater a política contrarrevolucionária e antimarxista do burocrata Stalin) foi fundada no Congresso Internacional realizado em Paris, no mês de setembro de 1938 (há 67 anos). Há que advertir que o POR boliviano era seção da Oposição de Esquerda.

É preciso sublinhar que a Quarta Internacional vem ao mundo aprovando o Programa de Transição redigido por Leon

sociedade (sua economia, sua cultura, a existência ou não de classes sociais, do ordenamento jurídico, da constituição, do governo etc.)

Como conquistar essa mudança?

Não com a ajuda da chacota eleitoral, da mudança de um governo burguês por outro, dos remendos à constituição e outras mudanças formais, que só tocam a superestrutura social.

Buscamos levantar uma sociedade contrária à burguesa, sem explorados nem exploradores. Para isso temos de eliminar fisicamente, com as armas, a grande propriedade burguesa.

Quando sepultarmos essa e toda a superestrutura burguesa, aí então a nação oprimida pelo imperialismo e dirigida pela política operária poderá transformar a propriedade privada dos meios de produção e social (de todos os que trabalham e de ninguém em particular), fundamento da nova sociedade.

É preciso cumprir essa tarefa e não embebedar a maioria nacional com a chacota eleitoral e a substituição de um ministro por outro.

(extraído do Masas boliviano n. 1962, de 2/09/05)

Trotsky, que contém as leis gerais da revolução em nossa época de decadência do capitalismo em escala mundial. Esse documento assinala a finalidade estratégica da luta do proletariado mundial, as leis da revolução social. A ditadura do proletariado se projetará para o comunismo, sociedade que eliminará toda forma opressiva estatal e também as fronteiras nacionais.

A luta revolucionária de todos os países se encaminha, protagonizada pelo levante da sociedade oprimida liderada pela classe operária, para a ditadura do proletariado. A tática para

conquistar esse objetivo é a frente única proletária nos países de desenvolvimento capitalista integral, e nos países capitalistas atrasados a frente antiimperialista dirigida pela política da classe operária. O POR boliviano nasceu com programa marxista-leninista-trotskista, será positivo que os partidos da IV Internacional sigam esse exemplo. A revolução nas diferentes latitudes tem de ser expressão das particularidades nacionais; certamente que ela não se gera com papel carbono.

O POR está integrado ao Cerqui (Comitê de Enlace pela Re-

construção da IV Internacional), conseguiu que a classe operária elabore sua bandeira marxista-leninista-trotskista.

Os traços de debilidade de nosso partido são agravados pela debilidade do Cerqui, que ainda não conseguiu penetrar no proletariado dos países do exterior.

Mais do que nunca corresponde trabalhar para materializar os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

(extraído do Masas boliviano n. 1962, de 2/09/05)

Podridão da farsa eleitoral à vista

Na colônia boliviana nunca existiu democracia burguesa, que só é ditadura dos ricos

O capitalismo se afunda e o imperialismo esmaga, assassina e prende os povos, usando como seus instrumentos os parlamentares, o presidente e seus ministros. A impostura eleitoral é o ponto de apoio que permite nossos opressores nos impor sua máquina trituradora.

Conclusão: as eleições, recurso utilizado pela burguesa nativa, as multinacionais e os Estados Unidos da América do Norte, para oprimir, extrair suas riquezas, a força de trabalho, para reduzir o país a uma colônia ianque, enfim, para escravizar o país.

Resposta do povo: rechaça francamente o parlamentarismo e a impostura eleitoral, ao extremo de nem sequer considerá-la agora, quando a farsa eleitoral chegou ao seu ponto mais agudo de degeneração.

O Partido Operário Revolucionário, a cabeça do povo, espera o momento de acabar com a podridão burguesa, de consumir a revolução e ditadura proletárias.

Um exemplo da decomposição da politicagem burguesa: os politiquieiros, os caudilhos de plantão, para darem a impressão de grandes dirigentes das massas, de donos dos destinos do país, recorrem ao oferecimento de vice-presidências, ministérios, cargos no senado, deputados, etc. em troca de seu voto, de seu apoio na chacota eleitoreira. Na véspera os politiquieiros se esforçavam para dar a impressão de que se empenhavam em ganhar os votantes com idéias contidas em programas, que certamente não eram mais que enganações.

(extraído do Masas boliviano n. 1963, de 9/09/05)

A COR Altenha repudia o eleitoralismo

Tomamos das Resoluções do Sétimo Ampliado de Emergência da central Regional de El Alto (25 de agosto de 2005) o seguinte:

“Cumprir com o princípio da independência sindical e política do estatuto da COR e COB, pelo qual os dirigentes não se prestarão a interesses eleitorais de nenhum partido político. Se algum dirigente sindical decide postular candidatura, deve renunciar a seu cargo para não comprometer a organização.

“Os trabalhadores althenos deixam claro que no marco dos princípios da independência sindical e política não apoiaram nem avalizaram em nenhum momento a candidatura à

vice-presidência pelo MAS do analista político Álvaro Garcia Linera. A COR não é parte de nenhum bloco social ou frente como apregoa o chefe nacional do MAS, Evo Morales.

“Os trabalhadores althenos ratificamos nossa convicção de luta para conquistar os objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores. Com a finalidade de estabelecer uma linha de ação política revolucionária e a construção do instrumento político.”

Os explorados e oprimidos do país devem materializar as resoluções adotadas pelos trabalhadores de El Alto.

(extraído do Masas boliviano n. 1963, de 9/09/05)

Importante! As majorias repudiam a farsa e chacota eleitoral!

São os próprios cartórios eleitorais, ou seja, parte do aparato governamental, que informaram que a população não tem comparecido para se inscrever à participação nas futuras eleições.

Os funcionários dos cartórios expressaram que os cidadãos reagiram contra as eleições por considerar que os candidatos ao parlamento e a cúpula do poder executivo são uns idiotas, incapazes mas muito bem treinados para enganar a população.

É a equipe governamental que se encarrega de informar que a maioria da população repudia as eleições, as ilusões democratizantes. Os revolucionários consideramos que tudo isso de-

monstra que os bolivianos amadureceram politicamente ao extremo de repudiar o parlamentarismo e as eleições.

O anterior significa que as massas de oprimidos e explorados amadureceram muito politicamente, até dar as costas aos recursos que usa a burguesia para se manter no poder, para acabar com a podridão capitalista e impor o comunismo.

Em outras palavras: os setores majoritários da Bolívia amadureceram para materializar a revolução e ditadura proletárias.

(extraído do Masas boliviano n. 1963, de 9/09/05)